



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

ANEEL
Biênio 2007-2008

“O planejamento não diz respeito a decisões futuras, mas às implicações futuras de decisões presentes.” (Peter Drucker)

Pai da administração moderna, cientista político e crítico social. Autor de 39 obras, o austríaco viveu de 1910 a 2005.

Sumário

6	Apresentação
7	Diretrizes e estrutura do planejamento na ANEEL
8	Diretrizes do Conceito de Planejamento na Agência
9	Estrutura Básica do Planejamento
10	Orientações estratégicas de governo e política setorial
12	Os Dez Objetivos do Governo Federal
12	Os Objetivos Setoriais - Ministério de Minas e Energia 2008/2011
13	Política Setorial
13	O Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE)
13	O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o Setor Elétrico
13	Programas e Ações - PPA
15	Papel Institucional da ANEEL
16	Missão
16	Atribuições
16	Valores
18	Agenda de desafios estratégicos 2006/2008
19	Regulação
20	Relação com a sociedade
20	Fortalecimento institucional
21	Plano de Metas Bienais 2007/2008
23	Metas-Destaque
25	Plano de Metas Bienais



Apresentação

O moderno Estado regulador pressupõe a existência de agências suficientemente preparadas e capacitadas para promover o equilíbrio entre os interesses dos agentes do mercado, do Governo e dos consumidores. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ao longo de uma década de existência, tem buscado se estruturar por modelos de Planejamento e Gestão de Processos a fim de atuar como uma instituição sólida e estável, pautada na transparência administrativa e com vistas à qualidade de seus resultados e ao seu melhor desempenho. Esses preceitos refletem-se nos princípios de gestão da Agência, explícitos em sua missão, objetivos e estrutura organizacional.

O novo modelo do Setor Elétrico exigiu da ANEEL avanços no Processo de Planejamento e Gestão, o que têm permitido traçar rumos para consolidar a visão de futuro da Agência. A implantação da Agenda de Desafios Estratégicos da ANEEL e do Plano de Metas para o Biênio 2007/2008 é consequência desse esforço institucional. As novas diretrizes setoriais incorporaram aos instrumentos existentes a visão integrada dos principais resultados que a Agência pretende alcançar para cumprir sua função regulatória no período de 2006 a 2008.

Com essa publicação, a ANEEL pretende difundir o conjunto de princípios e ferramentas que constituem os pilares de seu Planejamento Estratégico, a fim de integrar esforços na construção de novos rumos para o futuro institucional.

A large, stylized number '1' in a light blue color, positioned on the left side of the slide. It has a thick, rounded stem and a wide, slightly flared top and bottom.

Diretrizes e Estrutura do Planejamento na ANEEL

Diretrizes e estrutura do planejamento na ANEEL

A ANEEL está alinhada com os pressupostos do novo modelo de Estado, tais como flexibilidade, autonomia e ganho de eficiência e eficácia com foco nos resultados e controle social. Em razão disso, busca consolidar instrumentos que proporcionem à organização senso de direção, continuidade no médio e no longo prazo, com flexibilidade na gestão das ações cotidianas, e compromisso com a efetividade de resultados. Nesse contexto, a gestão estratégica torna-se indissociável do Planejamento e faz do monitoramento e da avaliação ferramentas indispensáveis para assegurar os resultados pretendidos.



Diretrizes do conceito de planejamento na Agência

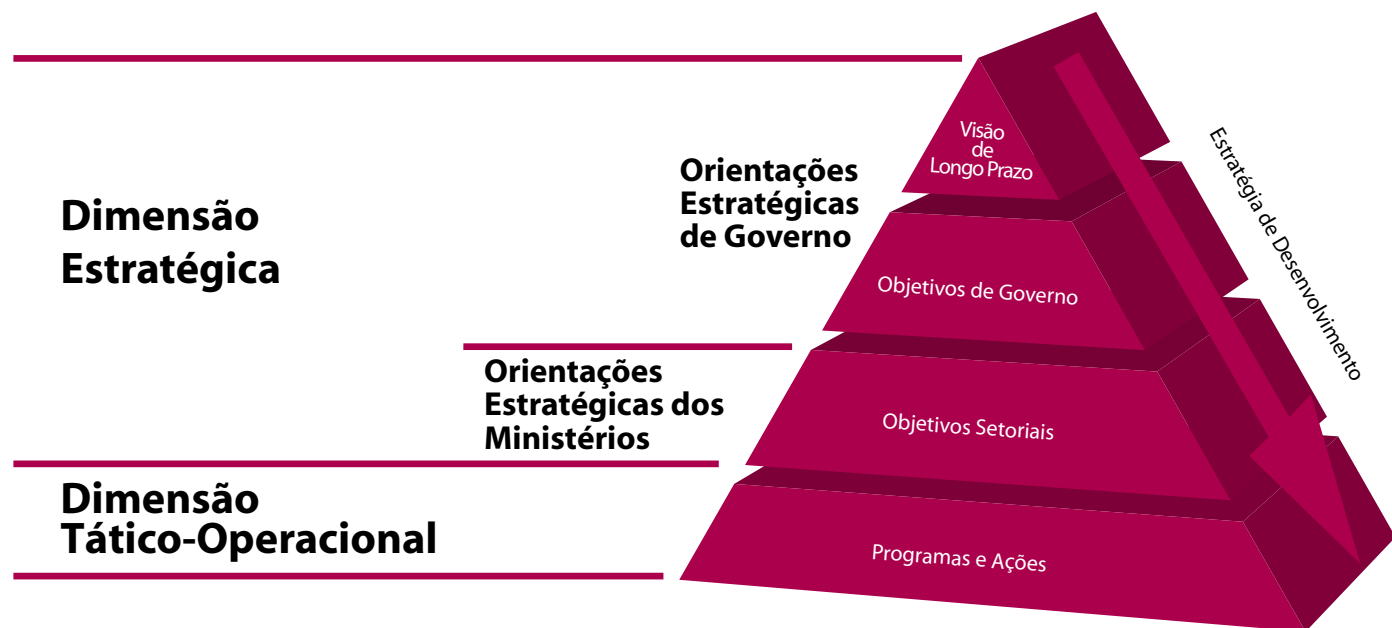
- Processo sistemático e contínuo de tomada de decisão
- Orientação por resultados com foco na qualidade, eficiência e eficácia do atendimento
- Flexibilidade e agilidade na atuação e tomada de decisão nos diversos níveis da organização
- Capacitação para o enfrentamento dos desafios
- Integração para o alcance dos objetivos



A large, stylized number '2' in a light purple color is positioned on the right side of the page, extending from the top to the bottom. The background is a solid dark purple color.

Orientações estratégicas de Governo e Política Setorial

A concepção do Planejamento Estratégico da ANEEL observa as diretrizes previstas nas Orientações Estratégicas de Governo, concretizadas pelo Plano Plurianual (PPA), e na Política Setorial. A estruturação do PPA 2008/2011 garante coerência às ações de Governo e integração entre a dimensão estratégica e a tático-operacional. A dimensão estratégica é composta pela Visão de Longo Prazo para o Brasil, expressa na Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND), pelos Dez Objetivos de Governo e pelos Objetivos Setoriais. A esfera tático-operacional contém os programas e ações do PPA (Veja figura).



Os Dez Objetivos do Governo Federal 2008/2011

1. Promover a inclusão social e a redução das desigualdades.
2. Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda.
3. Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade.
4. Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia, e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos.
5. Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do território nacional.
6. Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do território nacional.
7. Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana.
8. Elevar a competitividade sistêmica da economia, com inovação tecnológica.
9. Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos.
10. Promover o acesso com qualidade à Seguridade Social, sob a perspectiva da universalidade e da equidade, assegurando-se o seu caráter democrático e a descentralização.

Os Objetivos Setoriais - Ministério de Minas e Energia 2008/2011

- Estimular as atividades de pesquisa geológica, a exploração e produção de hidrocarbonetos e recursos minerais e difundir o conhecimento geológico.
- Promover o aumento da produção nacional, da oferta e da infra-estrutura de transporte e distribuição de gás natural.
- Assegurar de forma sustentável a expansão do sistema energético nacional e sua integração com outros países.
- Promover a adequação à demanda da produção de derivados de petróleo e outros combustíveis líquidos.
- Garantir o equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica, com qualidade, confiabilidade e modicidade tarifária.

Política setorial

O **Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE)**, elaborado anualmente pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), empresa vinculada ao Ministério de Minas de Energia (MME), apresenta os cenários de referência para a expansão dos sistemas de geração e de transmissão do País para uma década (2006/2015). As sinalizações do Plano Decenal subsidiam os programas, as decisões e ações de Governo para promover o equilíbrio entre a oferta de energia e as projeções de crescimento econômico do país. O Plano determina o cumprimento de metas físicas das ações ao longo do tempo, com indicação dos investimentos necessários, e estabelece o plano de licitações das usinas e das linhas de transmissão, com indicação das análises das condições de suprimento ao mercado de energia elétrica no período contemplado. Enfoca também os estudos econômicos e de mercado, de geração, de transmissão de energia e de meio ambiente.

O **Programa de Aceleração do Crescimento para o Setor Elétrico (PAC) 2007/2010** tem como objetivos gerais acelerar o crescimento econômico, a geração de empregos e melhorar as condições de vida da população brasileira com incentivo ao investimento privado, aumento do aporte de recursos públicos em infra-estrutura e remoção de barreiras burocráticas, administrativas, jurídicas, normativas e legislativas que representam obstáculos ao crescimento. No setor elétrico, as metas do PAC são assegurar o suprimento de energia elétrica e a sua universalização, por meio de programas de geração e transmissão e do Programa Luz Para Todos.

Programas e Ações - PPA

Para permitir a execução dos Objetivos Estratégicos de Governo, o Plano Plurianual (PPA) 2008/2011 está estruturado em 306 programas, dos quais 215 são Finalísticos e 91 são de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais. Entre esses programas, a ANEEL gerencia o da “Qualidade do Serviço de Energia Elétrica”, cujo objetivo é:

“Propiciar condições para que o mercado de energia elétrica se desenvolva, com equilíbrio entre seus agentes, com foco na modicidade tarifária e universalização, qualidade e continuidade dos serviços.”

O Programa “Qualidade do Serviço de Energia Elétrica” é composto por ações (ver tabela pg. 14). A coordenação de cada uma delas fica sob a responsabilidade do titular de uma das superintendências da ANEEL, com apoio de outras unidades gerenciais participantes do processo.

Ação	Objetivo
Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica	Verificar o cumprimento das obrigações constituídas aos agentes nos atos de outorgas e em dispositivos regulamentares, com o objetivo de garantir o atendimento aos consumidores, em padrões de qualidade, custo, prazo e segurança compatíveis com os requisitos adequados à finalidade dos serviços.
Regulamentação dos Serviços de Energia Elétrica	Regulamentar as políticas e diretrizes do Governo Federal para a exploração de energia elétrica e os aproveitamentos energéticos, definindo padrões de qualidade, custo, atendimento e segurança dos serviços e instalações de energia elétrica compatíveis com as necessidades regionais, com foco na viabilidade técnica, econômica e ambiental das ações, além de atualizar as condições de exploração dos serviços de energia elétrica em decorrência das alterações verificadas na legislação específica e geral, a fim de promover o uso eficaz e eficiente de energia elétrica e manter a livre competição no mercado de energia elétrica.
Outorga de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	Realizar licitações para concessão de empreendimentos de geração hidroelétrica e de transmissão de energia elétrica da Rede Básica, em conformidade com o planejamento da expansão do setor elétrico; autorizar atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica; regularizar a atuação das cooperativas de eletrificação rural, mediante outorga de permissão ou autorização para atividades de distribuição de energia elétrica em áreas rurais.
Ouvidoria da Agência Nacional de Energia Elétrica	Dirimir, no âmbito administrativo, as divergências entre concessionárias, permissionárias, autorizadas, produtores independentes e autoprodutores, bem como entre esses agentes e seus consumidores. Utilizar as informações obtidas na gestão deste serviço para subsidiar o aprimoramento da regulamentação do setor elétrico, corrigir procedimentos indevidos praticados pelos agentes, em benefício do interesse público.
Participação Pública na Agenda Regulatória do Setor Elétrico	Promover a transparência das ações regulatórias do setor elétrico junto à sociedade, aos agentes e aos consumidores, fortalecendo o diálogo no cumprimento da missão reguladora e fomentando a participação do cidadão no processo decisório.
Gestão e Administração do Programa	Constituir um centro de custos administrativos do programa, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Publicidade de Utilidade Pública	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
Capacitação dos Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Benefícios	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental; Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes de zero a 6 anos; Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias; Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo.

No âmbito do gerenciamento dos programas e ações relacionados à Agência, e em consonância com o disposto no Decreto nº 5233/2004, foi desenvolvido o Plano Gerencial/Plano de Trabalho Anual, que apresenta o detalhamento e desdobramento das ações do PPA, de modo a proporcionar maior grau de visibilidade quanto ao conjunto de processos associados ao desenvolvimento da ação, contribuindo, de forma direta ou indireta, para o sucesso no cumprimento da meta fixada.

A large, stylized number '3' is rendered in a lighter shade of green, positioned on the left side of the slide. It has a thick, rounded appearance with a slight shadow effect.

Papel Institucional da ANEEL

Missão

A missão da ANEEL, que orienta o processo de tomada de decisões da Agência e justifica sua existência, é:

“Proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade”.

Atribuições

Autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério de Minas e Energia, a ANEEL tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, segundo as políticas e diretrizes do Governo Federal. Suas atribuições estão definidas nas Leis nº 8987/1995 e 9427/1996.

Valores

A adequada atuação da ANEEL como reguladora dos serviços e instalações de energia elétrica pressupõe cuidar para que o interesse público seja preservado. Para isso, a Agência deve ter suas ações imbuídas por valores e compromissos com a sociedade. Os preceitos estão expressos no Código de Ética da instituição, instrumento de orientação da conduta institucional.

Valores

Imparcialidade - analisar os casos que forem apresentados de forma impessoal e justa, sem emissão de juízo prévio de valor.

Transparência - adotar procedimentos claros e transparentes, com ênfase à publicidade e à prestação de contas de seus atos.

Coerência - agir de forma harmônica com as políticas setoriais e legislação vigente.

Diálogo - manter diálogo permanente com os usuários dos serviços de energia elétrica, agentes regulados e a sociedade a fim de atingir um aperfeiçoamento contínuo de seus processos no exercício de suas atribuições.

Equilíbrio - pautar suas ações visando a ponderar os interesses dos usuários, agentes regulados e Governo.

Independência - tomar decisões com autonomia e liberdade, com base em suas competências técnicas.

Eficiência - buscar excelência nos processos, tarefas e atividades, com otimização dos recursos de forma a obter os resultados esperados pela sociedade.

Isonomia - adotar procedimentos que não diferenciem aqueles que estejam numa mesma situação e tenham os mesmos direitos e deveres.

Compromisso - agir no sentido de assegurar os direitos e deveres dos agentes reguladores e dos usuários dos serviços de energia elétrica.

Cooperação - interagir com instituições na regulação do setor elétrico com vistas ao desenvolvimento sustentável do País.

Responsabilidade Social - executar ações de maneira solidária na busca da melhoria da qualidade de vida da sociedade em geral e dos usuários dos serviços de energia elétrica em particular.

Agenda de desafíos
estratégicos 2006/2008



A Agenda de Desafios Estratégicos 2006/2008 tem como objetivo contribuir para a visão integrada dos principais desafios que a instituição pretende enfrentar no cumprimento de sua missão regulatória para o período 2006 a 2008 e nortear os esforços para promoção da convergência na gestão dos processos institucionais e de seus resultados. Instrumento de direcionamento do Planejamento em nível estratégico e de natureza macroestrutural, a Agenda foi construída a partir das experiências apreendidas e dos avanços obtidos ao longo da atuação da Agência. Os 11 Desafios Estratégicos estão estruturados em três grandes áreas: Regulação, Relação com a Sociedade e Fortalecimento Institucional.

REGULAÇÃO

1. Coerência e estabilidade da regulamentação do Setor

Consolidar os atos emitidos pela ANEEL, em consonância e harmonia com a legislação e as políticas setoriais.

2. Redução dos custos de energia elétrica

Propor mecanismos regulatórios que minimizem os efeitos de diversos custos incidentes sobre a tarifa de energia elétrica, com ênfase no controle da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), na redução das perdas não-técnicas e na eficiência energética.

3. Aprimoramento da metodologia de revisão tarifária

Aperfeiçoar os procedimentos e a metodologia da revisão tarifária periódica a partir da experiência obtida com o primeiro ciclo de revisão das distribuidoras.

4. Eliminação das principais lacunas e passivos regulatórios relativos a consumidores livres, Sistemas Isolados e fontes alternativas

Instituir a regulamentação necessária para eliminar as lacunas e passivos regulatórios de questões relacionadas a temas como consumidores livres, Sistemas Isolados e fontes alternativas.

5. Garantia no cumprimento das metas de universalização dos serviços de energia elétrica

Aperfeiçoar instrumentos regulatórios e de fiscalização para orientar a atuação das distribuidoras de energia elétrica no cumprimento das metas de universalização, sempre a observar os preceitos do equilíbrio econômico-financeiro.

6. Estímulo à pesquisa e desenvolvimento

Incentivar ações de P&D para gerar inovação tecnológica, beneficiar as empresas de energia e propiciar qualidade e menor custo ao consumidor final.

Relação com a Sociedade

7. Fortalecimento dos instrumentos de diálogo com a sociedade

Aprimorar e ampliar as consultas e audiências públicas para fortalecer o relacionamento e o diálogo da ANEEL com a sociedade

8. Aperfeiçoamento dos métodos de aferição da satisfação dos consumidores

Aprimorar os métodos de aferição da satisfação dos consumidores em relação ao atendimento e à qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias

Fortalecimento Institucional

9. Fortalecimento da autonomia e do papel institucional

Consolidar a estabilidade institucional com autonomia financeira e estabelecimento claro das atribuições da ANEEL como entidade reguladora

10. Estruturação e promoção do quadro de servidores da Agência

Promover a transição para o quadro de servidores permanentes com a transferência do conhecimento, qualificação e valorização do novo quadro, e buscar oferecer uma estrutura adequada de trabalho e o aprimoramento do modelo de gestão

11. Aprimoramento do processo de descentralização

Aperfeiçoar a gestão de descentralização de atividades complementares de regulação exercidas pelas agências reguladoras estaduais

A large, stylized number '5' is rendered in a lighter shade of orange, serving as a background element on the left side of the page. The number is composed of several overlapping, semi-transparent shapes that create a sense of depth and movement.

Plano de Metas Bienais 2007/2008

O Plano de Metas Bienais 2007/2008 indica os resultados necessários ao cumprimento da missão e das atribuições institucionais da ANEEL no horizonte de dois anos, com base nas diretrizes da Agenda de Desafios Estratégicos. A concepção dessas metas contou com a participação das unidades envolvidas nos processos que representam o foco de atuação da ANEEL. Depois de consolidada, a proposta foi submetida à discussão em reuniões de Gestão Administrativa, das quais participam todos os líderes e diretores da Agência. Esse processo permitiu a incorporação de sugestões ao Plano. Como resultado, as metas foram agrupadas em quatro grupos:

- Geração e Estudos Econômicos de Mercado
- Transmissão, Distribuição e Comercialização
- Econômico-Financeiro
- P&D e Ouvidoria

Dentre as Metas Bienais, foram selecionadas as metas-destaque que, por sua prioridade, submetem-se a monitoramento e acompanhamento periódico da diretoria.

As Metas Bienais serão referência para:

- o detalhamento do planejamento tático e operacional e a consequente definição de prioridades do orçamento da agência.
- a determinação das metas observadas na avaliação institucional, com reflexos na gratificação dos servidores.
- a elaboração de instrumento de pacto entre a ANEEL e o Ministério de Minas e Energia (MME), do Contrato de Gestão ou de outros instrumentos que venham a ser legalmente instituídos para promover a transparência de atuação da Agência.

Metas-Destaque

Dentre as Metas Bienais, foram selecionadas as metas-destaque que, por sua prioridade, submetem-se a monitoramento e acompanhamento periódico da diretoria.

As Metas-Destaque, serão aquelas, dentre as estabelecidas no Plano de Metas, que se caracterizam por:

- Importância relevante para os resultados da instituição. Seus resultados contribuem para significativos avanços no cumprimento da Agenda de Desafios Estratégicos e da missão institucional da ANEEL.
- Sua realização constitui um desafio (esforço adicional) para a agência.
- O seu cumprimento deveria ter o compromisso prioritário dos superintendentes e equipes técnicas envolvidas.

As 22 metas institucionais em destaque foram escolhidas pela Diretoria da Aneel e, por serem prioritárias, os Diretores assumem o compromisso em concentrar esforços junto às áreas, aos superintendentes e às equipes técnicas envolvidas com cada uma para atingir os resultados.

A redução de perdas não-técnicas, meta elencada como principal ao receber voto dos cinco diretores, define o compromisso da ANEEL em contribuir no combate ao crime do roubo de energia e da fraude de medidores, em evitar o desperdício de energia e minimizar os custos envolvidos com as perdas. O benefício será de toda a sociedade.

PLANO DE METAS BIENAIIS ANEEL - 2007 / 2008

METAS DESTAQUES / MONITORAMENTO PRIORITÁRIO

METAS - INDICADORES

2007-2008



Aprimorar a metodologia de estabelecimento de referências para perdas não-técnicas, com vistas a sua redução.



Rever / aprimorar os regulamentos da CCC com vistas a redução do consumo de combustível fósil.

Definir modelo de acompanhamento e fiscalização para ONS e CCEE.

Iniciar os estudos para subsidiar o estabelecimento do regulamento para a extinção ou repactuação dos contratos de concessão de transmissão.



Aprimorar a estrutura tarifária.

Desenvolver estudos econômico-financeiros com cenários prospectivos e, para aquelas concessionárias de distribuição identificadas em situação de desequilíbrio econômico-financeiro, produzir relatórios trimestrais e anuais com recomendações de ações.

Aprimorar o detalhamento dos critérios para registro, apresentação, análise e aprovação de estudos e projetos, incluindo o estabelecimento de novos critérios de seleção para fins de autorização.

Aprimorar relacionamento com EPE, MME, e CCEE: Clarear procedimentos e responsabilidades no que se refere aos procedimentos para participação e realização dos Leilões.

Rever os critérios para escolha de empreendedor em caso de disputa por PCH, utilizando o modelo de Licitação.

Aprimorar o regulamento que estabelece o acesso ao sistema de distribuição (RES 281/99, 371/99, 715/01).

Aprimorar e uniformizar regras e procedimentos de atendimento aos consumidores (considerar reflexos na fiscalização e na empresa de referência).



Promover a revisão tarifária periódica de 37 distribuidoras de energia elétrica.

Aprimorar metodologia de caracterização de custos eficientes, incluindo readequação de Empresa de Referência e metodologias de benchmarking / yardstick competition.

Revisar Resolução 22/99, que trata de anuência prévia e controle a posteriori, com vistas a atender a Lei 10438. E publicar o novo regulamento.

Rever os termos atualmente adotados nos modelos de contratos de concessão, inclusive em relação à caducidade e à reversão de bens.

Aperfeiçoar os mecanismos de comercialização de energia elétrica no ambiente de contratação livre (ACL)

Formular proposta para definir o modelo de comercialização de energia no Sistema Isolado.

Aprimorar diretrizes e procedimentos para a fiscalização dos projetos de P&D e Eficiência Energética dos agentes de distribuição. Definir Estratégia.

Realizar estudos sobre a questão do direito de propriedade intelectual (registro de patentes).


Rever a sistemática de Audiências Públicas para o processo de revisão tarifária.

Desenvolver a metodologia de Custos de Referência.

Rever a norma de descentralização.

Plano de Metas Bienais

Todas as metas foram apresentadas pelas áreas em reuniões de Gestão Administrativa, debatidas e aperfeiçoadas com a sugestão de diretores e líderes.

Legenda
Metas-Destaque 

PLANO DE METAS BIENAI ANEEL - 2007 / 2008						
GERAÇÃO E ESTUDOS ECONÔMICOS DE MERCADO						
GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS - SGH						
OBJETIVOS		METAS - INDICADORES	CRONOGRAMA		Destaque	
Gerais	Específicos	2007 - 2008	2007	2008		
Analisar estudos hidroenergéticos	Analisar os estudos de inventários hidroelétricos que constam como meta no PAC	Analisar 100% dos estudos de inventários relacionados no PAC e com aceite para fins de análise da ANEEL emitido até setembro do exercício vigente.				+
	Analisar os projetos básicos de Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCH's e Usinas Hidroelétricas - UHE's	Analisar no exercício 100% dos projetos de revisão de PCH's outorgadas e com aceite para fins de análise da ANEEL emitido até março do exercício vigente.				
		Analisar no exercício 100% dos projetos básicos de PCH's com Licença de Instalação (LI) e com aceite para fins de análise da ANEEL emitido até março do exercício vigente.				+
		Analisar 100% dos projetos básicos de UHE's com Licença de Instalação (LI) entregues para análise da ANEEL.				+
	Analisar os estudos de viabilidade de Usinas Hidroelétricas - UHE's	Analisar 100% dos estudos de viabilidade de UHE's com aceite para fins de análise da ANEEL e indicadas oficialmente pelo MME para leilões de novas concessões.				

Promover a auditoria de custos	Usinas Hidroelétricas - UHE's	Auditar, em parceria com a SFF, os custos incorridos de 100% dos estudos de inventário e estudos de viabilidade de UHE's, com aceite para fins de análise da ANEEL, indicadas oficialmente pelo MME para leilões de novas concessões.																		
Aprimorar a legislação vigente	Revisão das Resoluções nº 393/98, 395/98 e 398/01	Aprimorar, em parceria com a SRG e SCG, o detalhamento dos critérios para registro, apresentação, análise e aprovação de estudos e projetos, incluindo o estabelecimento de novos critérios de seleção para fins de autorização.																		+++
	Revisão da Resolução nº 169/01	Atualizar, em parceria com a SRG, o conteúdo da resolução referente à energia assegurada associada aos empreendimentos não despachados centralizadamente, tendo em vista, principalmente, a situação legal vigente.																		
Validar parâmetros para cálculo da energia assegurada (Garantia Física)	Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCH's	Analisar e validar os parâmetros para cálculo da energia assegurada de 100% das PCHs em condição de serem habilitadas para os leilões de energia.																		
Promover estudos hidroenergéticos	Usinas na faixa de 30 MW	Analisar o uso pleno do aproveitamento ótimo de 100% das PCHs autorizadas pela ANEEL com potência na faixa de 30 MW. Consolidar os critérios e resultados deste trabalho em Nota Técnica e apresentar à Diretoria da ANEEL.																		+
	Reserva de Disponibilidade Hídrica - RDH	Solicitar a Declaração de RDH de 100% das UHE's e PCHs analisadas pela ANEEL e com estudos considerados em condições de aprovação.																		
	Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS	Estabelecer, em parceria com a SRG, critérios visando aprimorar o acompanhamento de atividades realizadas pelo ONS relativo ao "Módulo 9 – Recursos Hídricos e Meteorologia" dos Procedimentos de Rede.																		
	Simulações energéticas	Comparar os resultados de simulações energéticas para aproveitamentos hidrelétricos obtidos pelos programas Monalisa e MSUI.																		
Aprimorar gestão e os procedimentos internos	Ferramenta computacional para gestão de estudos e projetos hidroenergéticos	Desenvolver e implementar, em parceria com a SGI, ferramenta computacional destinada à gestão de estudos e projetos hidroelétricos por meio de controle do fluxo dos processos constantes na SGH.																		
	Estudos de inventário hidroelétrico concorrentes	Aprimorar parecer padrão utilizado pela SGH referente à aplicação dos critérios de seleção de estudos de inventário concorrentes pela Resolução nº 398/01.																		+

	Digitalização do passivo documental	Digitalizar 100% dos documentos pendentes no protocolo setorial.										
CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO - SCG												
OBJETIVOS		METAS - INDICADORES				CRONOGRAMA			Destaque			
Gerais	Específicos	2007 - 2008				2007	2008					
Promover outorga dos serviços de geração de energia elétrica	Realizar leilões	Realizar 3 Leilões de Geração de Energia (Fontes Alternativas, A-5, A-3).										
		Aprimorar relacionamento com EPE, MME, e CCEE: Clarear procedimentos e responsabilidades no que se refere aos procedimentos para participação e realização dos Leilões (em conjunto com a SRT).										+++
		Aprimorar o processo de definição do ponto de conexão da usina com a rede básica (SRT e SRD).										+
	Outorgar empreendimentos de geração	Definir critérios de prioridade para análise e prazos para conclusão dos processos de outorga.										
		Analisar o passivo relacionado aos pedidos de outorga, conforme critérios de priorização definidos (2008).										
		Elaborar Resolução Normativa para aperfeiçoar os procedimentos e exigências atualmente adotados pela ANEEL para Registros (em conjunto com a SRG e colaboração da PF).										
		Rever os critérios para escolha de empreendedor em caso de disputa por PCH, utilizando o modelo de Licitação.										+++
	Monitorar reservatórios	Promover diariamente a análise dos dados do monitoramento de reservatórios.										
Definir procedimentos para padronizar a obtenção das curvas cota-volume e curvas de descarga.												
Promover a transferência de responsabilidade do monitoramento de reservatórios para outros órgãos (definir papel: ANEEL, ANA e ONS).												
Acompanhar compensação financeira		Acompanhar o recolhimento dos recursos da Compensação Financeira pelas concessionárias.										
		Avaliar a conveniência de transferir a responsabilidade do acompanhamento da compensação financeira (talvez o MME).										

REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO - SRG

OBJETIVOS		METAS - INDICADORES	CRONOGRAMA		Destaque	
Gerais	Específicos	2007 - 2008	2007	2008		
Avaliar e acompanhar o planejamento relacionado a geração de energia	Acompanhar o Planejamento Energético de curto e médio prazo	Avaliar e acompanhar mensalmente, anualmente e bianualmente o planejamento energético de curto e médio prazos elaborado pelo ONS, considerando a interação entre produção e comercialização de energia no ambiente de contratação regulado e livre (SEM).				
	Aprovar o Plano Anual de Combustíveis para o Sistema Isolado	Analisar e aprovar até o final do ano, para o exercício subsequente, o plano anual de combustíveis elaborado pela Eletrobrás, definindo montante de energia e valores (SFG e SFF).				
	Aprovar o Plano Anual - PROINFA	Analisar e aprovar o plano anual do programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica - PROINFA, definindo montante de energia e valores (SRE).				
	Aprovar o Plano Anual da CDE	Analisar e aprovar plano anual de definição das quotas da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, apresentado pelo ONS e Eletrobrás (SRE).				
		Estabelecer o valor da despesa relacionada à quota de carvão mineral nacional componente da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.				
Regulamentar tarifas e valores de geração	Cota-Parte ITAIPU	Definir as cotas-parte da Usina de ITAIPU, parcela de obrigação de compra por cada concessionária até o final do exercício vigente para o subsequente. Resolução (Relação com a SRE - Tarifa ITAIPU).				
	Fixar tarifas de geração	Fixar tarifa de serviços ancilares das geradoras.				
		Fixar tarifa de otimização - TEO & TAR (custos operacionais e custos de compensação financeira por município).				
		Fixar tarifa de equivalente hidráulico (TEH) para o Sistema Isolado, compensar a defasagem para recuperar o valor real até 2009.				
Induzir a interligação do Sistema Isolado	Conduzir o processo de sub-rogação da CCC	Acompanhar e aprimorar os procedimentos de sub-rogação da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC.				+
	Aprimorar regulamentação da CCC	Rever /aprimorar os regulamentos da CCC com vistas a redução do consumo de combustível fóssil.				++++

Estabelecer indicadores de desempenho da geração	Definir padrões de eficiência	Estabelecer padrões de eficiência para as Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCH's.																						
Aprimorar regulamentação do Gás Natural Liquefeito - GNL	Fortalecer a integração entre ANEEL e ANP	Aprimorar integração entre ANEEL e ANP no sentido de estabelecer os limites de competência no que se refere ao gás natural (SEM).																						
	Planejamento, Operação e formação de preços	Definir procedimentos e regras para a operação e formação de preços de usinas à Gás Natural Liquefeito – GNL.																		+				
FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - SFG																								
OBJETIVOS		METAS - INDICADORES						CRONOGRAMA				Destaque												
Gerais	Específicos	2007 - 2008						2007		2008														
Fiscalizar as usinas do sistema de geração de energia elétrica	Fiscalizar as obras e instalações de usinas em fase de implantação ou ampliação	Fiscalizar 100% das obras e instalações de usinas em fase de implantação ou ampliação.																						
	Fiscalizar usinas em operação	Fiscalizar 50% das usinas em operação do Sistema Interligado Nacional - SIN (ciclo de fiscalização de 100% em 4 anos).																						
		Fiscalizar 100% das usinas em operação no Sistema Isolado.																						
	Aprimorar o modelo de fiscalização do ONS e da CCEE	Definir modelo de acompanhamento e fiscalização para ONS e CCEE (SEM E SRG).																		++++				
Definir estratégias para atender ao Decreto 5051, auditoria de dados de entrada do programa Newave.																			+					
Fiscalizar o ciclo dos projetos de P&D das empresas de geração	Fiscalizar o ciclo dos projetos de P&D das empresas de geração						Definir diretrizes para levantar e avaliar o passivo e definir Plano de Ação para fiscalização dos 56 projetos em andamento (ver SPE).														+			
							Aprimorar diretrizes e procedimentos para a fiscalização dos projetos de P&D dos empreendimentos de geração (ver SPE).																	
							Aprimorar manual de P&D (2001/2005) (ver SPE).																	
Fiscalizar os encargos setoriais	Fiscalizar a CCC						Fiscalizar a regularização da situação do consumo específico de combustível acima do limite estabelecido, a partir de agosto de 2005.																	
							Fiscalizar a regularização da situação do consumo de combustível acima do limite estabelecido relativo ao passivo entre 1999 e julho de 2005.																	

		Diagnosticar e avaliar (identificar) a situação dos estoques de combustível entre Jan/1999 e Dez/2005.																		
		Regularizar o saldo financeiro da Conta da CCC junto à Eletrobrás com vistas a recuperação do excedente (articulação SRE, SFF e SRG)																		
Fiscalizar obrigações setoriais	Avaliar a segurança das estruturas físicas das Usinas	Definir critérios e procedimentos para a avaliação da estrutura civil (laudos emitidos) das usinas.																		
		Avaliar 50% do passivo acumulado de relatórios de situação das estruturas civis das usinas hidrelétricas.																		
Descentralização das atividades de fiscalização da geração	Coordenar a descentralização das atividades de fiscalização da geração junto às Agências Reguladoras Estaduais	Aprimorar (padronizar) os procedimentos de fiscalização entre a ANEEL e as Agências Estaduais conveniadas. (METAS TRANSVERSAIS)																		

PLANO DE METAS BIENIAIS ANEEL - 2007 / 2008																					
TRANSMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO																					
CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO - SCT																					
OBJETIVOS		METAS - INDICADORES	CRONOGRAMA		Desaque																
Gerais	Específicos	2007 - 2008	2007	2008																	
	Concessão dos serviços de transmissão	Realizar 3 leilões para concessão de transmissão de 20 empreendimentos correspondendo a R\$ 4,85 bilhões de investimento e 4.258Km - (etapas: agosto a dezembro de 2007) (2 leilões em 2007; e 1 leilão em 2008)																			
		Promover Interligação Manaus – Macapá ao Sistema Interligado Nacional - SIN.																			
		Analisar e autorizar a conexão de geradores das Usinas do Rio Madeira.																			
	Autorizações para consumidores livres; geradores; importações e exportações	Responder a 100% das solicitações de autorizações de acesso de consumidores livres, geradores e de importações e exportações de energia elétrica, que tenham sido recebidas até o mês de outubro do exercício.																			

Promover a outorga dos serviços de transmissão de energia elétrica	Emissão de declaração de utilidade pública	Responder a 100% das solicitações de declaração de utilidade pública, que tenham sido recepcionadas até o mês de novembro do exercício.																		
	Definir custos padrão para as instalações de transmissão	Subsidiar a SRT na definição de custos padrão para as instalações de transmissão.																		
	Definir (até 2010) as condições para a extinção ou renovação dos contratos de concessão de transmissão que vencerão a partir de 2015.	Iniciar os estudos para subsidiar o estabelecimento do regulamento para a extinção ou repactuação dos contratos de concessão de transmissão.																		++++
		Realizar audiência pública para discutir o tema da regulamentação das condições de extinção e/ou repactuação dos contratos de concessão da transmissão.																		+
	Mediar o compartilhamento de Instalações de Transmissão	Regulamentar o novo modelo de contrato para compartilhamento de instalações de transmissão.																		
	Aprimorar gestão interna	Desenvolver e implantar SIGNET – Sistema de Gestão da Transmissão – (SRT)																		
		Revisar/Aprimorar os editais e contratos de concessão dos serviços de transmissão (SCG e PF).																		
Promover a outorga dos serviços de distribuição de energia elétrica	Definir (até 2011) as condições para a extinção ou renovação dos contratos de concessão de distribuição que vencerão a partir de 2015.	Iniciar os estudos para subsidiar o estabelecimento do regulamento para a extinção ou repactuação dos contratos de concessão de distribuição.																	+	
		Realizar audiência pública para discutir o tema da regulamentação das condições de extinção ou repactuação dos contratos de concessão da distribuição.																		
	Regularizar situação das 92 cooperativas de eletrificação rural aptas a serem permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição.	Definir a área de atuação (SCT) e tarifas (SRE) de 23 cooperativas de eletrificação rural em 2007 e 31 em 2008.																		
		Enquadrar como permissionária e assinar contratos de 23 cooperativas de eletrificação rural em 2007 e 31 cooperativas em 2008.																		
		Enquadrar como autorizada 12 cooperativas de eletrificação rural em 2007 e 26 cooperativas em 2008.																		
	Compartilhamento da infra-estrutura	Responder a 100% das solicitações de compartilhamento de infra-estrutura que tenham sido recepcionadas até o mês de outubro do exercício.																		

REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - SRD

OBJETIVOS		METAS - INDICADORES	CRONOGRAMA		Destaque	
Gerais	Específicos	2007 - 2008	2007	2008		
Fornecer dados ao processo de revisão tarifária dos serviços de distribuição	Definir o custo marginal de capacidade/tarifa de referência que é a base para as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD	Calcular o custo marginal de capacidade utilizando a ferramenta computacional TARDIST (7 distribuidoras em 2007 e 36 distribuidoras em 2008).				
		Regulamentar o cálculo das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição para unidades geradoras – TUSDg. (apoio da CSPE através do PAM SRD/2007)				
		Definir TUSDg (tarifa nodal até 138 KV e selo para demais níveis).				
		Aprimorar regulamentação da TUSD. (apoio da CSPE através do PAM SRD/2007).				
	Analisar os investimentos e calcular as perdas dos sistemas de distribuição	Analisar os investimentos das distribuidoras no ciclo de revisão tarifária.				
		Definir o montante de Perdas Técnicas admissíveis para fins de cálculo tarifário. (apoio da CSPE através do PAM SRD/2007)				
		Propor procedimentos para coleta e atualização de custos modulares do sistema de distribuição. (apoio da CSPE através do PAM SRD/2007)				
	Aprimorar sistemas de cálculo	Substituir sistema TARDIST pelo CTR - Cálculo da Tarifa de Referência. (realizado em conjunto com a SGI)				
		Definição de sistema utilizando técnicas de inteligência avançada para a análise de investimentos das distribuidoras.				
	Regulamentar as condições de conexão e uso do sistema de distribuição	Aprimorar o regulamento que estabelece o acesso ao sistema de distribuição (SRT, SCG) (RES 281/99, 371/99, 715/01).				+++
Implementar as diretrizes regulatórias quanto à incorporação de redes particulares. (SRE)						
Regulamentar os procedimentos para compartilhamento de infra-estrutura no âmbito dos contratos de concessão da distribuição.						
Revisar a resolução que estabelece as disposições relativas ao ressarcimento dos prejuízos por danos elétricos (REN 61/04). (apoio da CSPE através do PAM SRD/2007).						

	Aprimorar a estrutura tarifária. (SRD)																		+++
Programa Luz para Todos	Regularizar a forma de repasse às tarifas para o programa "Luz para Todos".																		
Regular aspectos econômicos para redução de perdas não-técnicas	Aprimorar a metodologia de estabelecimento de referências para perdas não-técnicas, com vistas a sua redução.																		+++++
Regularizar os aspectos econômicos financeiros do Sistema Isolado	Regularizar o sistema isolado com a interligação do sistema Acre - Rondônia. (Grupo de trabalho – coordenação SEM / participação SRE, SRG, e SFE).																		+
	Definir Estratégia para a regularização da Conta CCC. (Grupo de trabalho – coordenação SEM / participação SRE/ SRG/e SFE).																		+
Regularizar cooperativas de eletrificação rural	Regularizar a metodologia de definição de tarifas iniciais para a regularização das cooperativas de eletrificação rural, como permissionárias de serviços públicos (SCT).																		

FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA - SFF

OBJETIVOS		METAS - INDICADORES	CRONOGRAMA		Destaque	
Gerais	Específicos	2007 - 2008	2007	2008		
Fiscalizar e apoiar processo tarifário	Subsidiar a revisão tarifária e o reajuste da tarifa das concessionárias de transmissão e distribuição	Validar os custos que sofreram reajustes – CVA (Conta de Compensação de Valores de Itens da parcela "A"), RTE (Recomposição tarifária extraordinária), descontos TUSD e outros - para apoiar o reajuste anual da tarifa e a revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição e transmissão.				
		Definir a Base de Remuneração - Parcela B - para apoiar a revisão tarifária das concessionárias de distribuição e transmissão. (Banco de Preços) – SRD				+
		Validar custos de investimentos em estudos e projetos para serem computados no leilão, a fim de ressarcimento aos investidores. (SGH - leilão de geração; SCT - leilão de linha).				
		Estabelecer o saldo que cada Distribuidora deve à respectiva Geradora, referente a Energia Livre.				
		Revisar Portaria 815 do DNAEE, alterada por Resolução da ANEEL, referente ao cadastramento e ao controle patrimonial da propriedade de bens vinculados ao serviço público. - SRT				+
		Estabelecer taxa de depreciação para empresas do Setor Elétrico face ao estudo do tempo de vida útil pelas áreas técnicas – SRD.				

Avaliar e acompanhar a execução dos programas de P&D e EE	Avaliar propostas de novos projetos e acompanhar a execução dos projetos aprovados	Definir estratégia para ganho de eficiência e agilidade nos procedimentos de análise e avaliação das propostas																			
		Avaliar propostas de novos projetos.																			
Subsidiar o processo de fiscalização dos programas de P&D e Eficiência Energética	Orientar/subsidiar o processo de Fiscalização	Auxiliar as áreas de fiscalização na definição de diretrizes e critérios para o monitoramento e fiscalização dos projetos de P&D e EE, tanto para análise do passivo quanto para novos projetos (Agências Conveniadas).																			
Avaliar os resultados dos projetos de P&D e Eficiência Energética.	Avaliar e divulgar os resultados e impactos dos projetos realizados	Definir metodologia (indicadores e critérios) para avaliação de resultados.																		+	
		Avaliar os resultados dos projetos já concluídos (ciclos 1998/1999 a 2006/2007).																			
		Elaborar estudos e diagnóstico sobre os resultados dos projetos desenvolvidos.																			+
		Definir critérios para divulgação dos projetos realizados (direitos de propriedade).																			
OUVIDORIA E MEDIAÇÃO - SMA																					
OBJETIVOS		METAS - INDICADORES										CRONOGRAMA		Destaque							
Gerais	Específicos	2007 - 2008										2007	2008								
Ouvidoria	Aprimorar o atendimento às solicitações dos usuários de energia elétrica pela ANEEL	Desenvolver e implementar o chat e o sistema de perguntas e respostas mais frequentes visando aprimorar o sistema de atendimento on line destinados aos usuários de Internet.																			
		Elaborar e publicar Caderno Temático sobre a Gestão da Ouvidoria.																			
	Assegurar parâmetros de qualidade no processo de atendimento da Ouvidoria	Finalizar mais de 95% das solicitações de ouvidoria no primeiro nível de atendimento, via Central de Teletendimento da Aneel (CTA).																			
		Encerrar as análises de solicitações de ouvidoria recebidas para tratamento técnico no prazo médio inferior a 20 (vinte) dias.																			
		Desenvolver e implementar metodologia para aferição da qualidade dos serviços prestados pela Ouvidoria da ANEEL e das Agências Estaduais descentralizadas.																		+	

METAS TRANSVERSAIS						
OBJETIVOS		METAS - INDICADORES	CRONOGRAMA		Destaque	
Gerais	Específicos	2007 - 2008	2007	2008		
Promover a descentralização de atividades da ANEEL às Agências Reguladoras Estaduais	Aprimorar a gestão do processo de descentralização	Desenvolver a metodologia de Custos de Referência (SPG, SRI).				++
		Rever a norma de descentralização (SRI).				++
		Aprimorar e uniformizar procedimentos para as atividades descentralizadas.				
Promover a coerência regulatória	Analisar e avaliar de forma integrada os regulamentos da ANEEL com vistas a coerência regulatória	Sistematizar e consolidar a Legislação Básica do Setor Elétrico - Grupo de coerência regulatória. (Grupo de trabalho – PF; SGI e superintendências de regulação)				+

Missão da ANEEL

Proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade.

DIRETORIA

Jerson Kelman
diretor-geral

Edvaldo Alves de Santana
Joísa Campanher Dutra Saraiva
José Guilherme Silva Menezes Senna
Romeu Donizete Rufino
diretores

CIP. Brasil. Catalogação-na-publicação
Centro de Documentação – CEDOC

A265p Agência Nacional de Energia Elétrica (Brasil)

Planejamento estratégico / Agência Nacional de
Energia Elétrica. – Brasília : ANEEL, 2007.

48 p. : il.

1. Planejamento estratégico. 2. Tomada de decisão. 3.
Agência Nacional de Energia Elétrica. I. Título.

CDU: 65.012.2

© ANEEL 2007



AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

SGAN - Quadra 603 - Módulos "I" e "J"

Brasília - DF - 70830-030

TEL. 55 (61) 2192-8600 Ouvidoria: 144